



Conselho
Regional de
PSICOLOGIA SP

PSI

nº 203 • Outubro | Novembro | Dezembro • 2023



O DIREITO HUMANO DE MIGRAR



**Diferenças
que constroem.**
Compromisso social
e ético da Psicologia

04 **UM DIA NA VIDA:**
Atendimento em
situações de conflito

12 **ARTIGO:**
75 anos da
Declaração dos
Direitos Humanos

23 **SUBSEDES:**
Mobilização e
representação
nos territórios



UM DIA NA VIDA | ATENDIMENTOS EM SITUAÇÕES DE GUERRA E CONFLITO

CAPA | O DIREITO HUMANO DE MIGRAR

ARTIGO | 75 ANOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E AS IMPLICAÇÕES NA PSICOLOGIA

COTIDIANO | PRIMEIRO ANO DE GESTÃO DO XVII PLENÁRIO É MARCADO POR FORMAÇÕES E MODERNIZAÇÕES

PENALIDADES ÉTICAS

ÉTICA | O IMPERIALISMO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

SUBSEDES | MOBILIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EM TODO O ESTADO DE SÃO PAULO

ORIENTAÇÃO | O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DIANTE DOS DESASTRES NATURAIS E SEUS PREJUÍZOS HUMANOS

ESTANTE | DICAS DE LIVROS, SÉRIES E FILMES SOBRE MIGRAÇÃO E DESLOCAMENTOS FORÇADOS

4

6

12

14

19

20

23

26

29



Conselho Regional de PSICOLOGIA SP

psi

Publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidenta: Talita Fabiano de Carvalho
Vice-presidenta: Ana Tereza da Silva Marques
Secretária: Marta Eliane de Lima
Tesoureiro: Eduardo de Menezes Pedroso

Conselheiras e conselheiros efetivos

Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)
Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)
Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)
Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)
Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)
Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)
Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)
Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)
Mária da Glória Calado (CRP 06/33194)
Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)
Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Conselheiras e conselheiros suplentes

Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)
Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)
Davi Rodríguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)
Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)
Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)
Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)
Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)
Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)
Mária da Piedade R. de Araujo Melo (CRP 06/45952)
Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)
Sonia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)
Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)
Valéria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)

Realização

Comissão de Comunicação:
Presidente: Davi Rodríguez Ruivo Fernandes
Membras: Ana Tereza da Silva Marques, Marta Eliane de Lima, Talita Fabiano de Carvalho e Tayná Alencar Berti de Souza
Coord. de Comunicação: Tiara Vaz
Redação: Priscilla Auilo Haikal
Diagramação: Paulo Mota
Capa: Paulo Mota
Aprovação: XVII Plenário
Impressão: IGB - Indústria Gráfica Brasileira Ltda.
Tiragem: 150.000 exemplares

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
CEP 05410-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3061-9494 | (11) 3065-9494
E-mail: info@crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Alto Tietê | (11) 2378-0326
Assis | (18) 3322-6224 | (18) 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira | (13) 3235-2324
Bauru | (14) 3223-3147 | (14) 3223-6020
Campinas | (19) 3243-7877
Grande ABC | (11) 4436-4000 | (11) 4427-6847
Metropolitana | (11) 3061-9494 | (11) 3065-9494
Ribeirão Preto | (16) 3620-1377
São José do Rio Preto | (17) 3235-2883
Sorocaba | (15) 3211-6368
Vale do Paraíba e Litoral Norte | (12) 3631-1315

www.crpsp.org.br

@crp_sp

/crpsp

/company/crp-sp

@crp_sp

/crpspvideos



A IMPORTÂNCIA DA DIVERSIDADE NA CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA ÉTICA E SOCIAL

Estabelecer relações baseadas em respeito e tolerância, considerando as diferenças, é fundamental para construir uma sociedade mais inclusiva e harmoniosa. Por meio da escuta crítica e qualificada, a Psicologia tem como propósito compreender o ponto de vista do outro, suas emoções e experiências. **Toda pessoa é importante** e deve ser **respeitada na sua individualidade**.

A prática da profissão não se limita apenas aos consultórios. Abrange um olhar sensível e atento para os contextos históricos e socioeconômicos que reverberam diretamente nas origens, vivências e vulnerabilidades de cada pessoa. Somente ao compreender as nuances dessas particularidades que a Psicologia pode oferecer uma escuta qualificada diante de realidades diversas.

Deslocar-se é um aspecto natural do humano. Mas esse movimento tem um sentido específico quando é motivado pela ausência de meios de sobrevivência, riscos, emergências e desastres, ou devido situações de violência e violações de Direitos Humanos. A falta de acesso a um território onde seja possível ter condições dignas de vida interfere diretamente na saúde física e mental das pessoas.

Esse foi o mote central da **edição 203** do **Jornal Psi**, que tem na **matéria de capa** a importância do apoio psicológico a migrantes e a pessoas refugiadas. No final de 2022, mais de 108,4 milhões de pessoas foram forçadas a abandonarem suas casas, número recorde registrado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR). De acordo com o Conselho de Segurança das Nações Unidas, dois bilhões de pessoas (um quarto da humanidade) vivem em situação de guerra.

É o maior número de conflitos violentos desde a Segunda Guerra Mundial. Ao final do confronto, após a

morte cerca de 60 milhões de pessoas, diferentes países consideraram essencial promover relações amistosas entre as nações. Foi então que no final daquele ano, em 1948, foi apresentada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que inspirou constituições de diversos Estados democráticos pelo mundo, e tema do **Artigo** deste **Jornal Psi**.

Na seção **Um dia na vida**, uma psicóloga e refugiada síria conta como foi sua experiência no atendimento de emergência a pessoas afetadas por situações de crise e violência. O universo da migração e dos deslocamentos forçados é o assunto das indicações de livros, séries e filmes na seção **Estante**.

Ainda nesta edição 203, em **Orientação**, você acompanha a importância de haver Políticas Públicas para prevenção e assistência às vítimas de desastres naturais, e quais as diretrizes para psicólogas e psicólogos que atuam nessa linha de frente. Em **Ética**, o assunto central é o imperialismo como forma de dominação, que desconsidera por absoluto questões humanitárias e éticas.

Já em **Cotidiano**, é possível conhecer o que motivou a escolha do mote do XVII Plenário, "Diferenças que constroem, compromisso social e ético da Psicologia", e as ações realizadas pela atual gestão. A seção **Subsedes** traz um apanhado da articulação e da participação do Conselho nos territórios, como a inauguração da nova Subsele Campinas.

Lidar com situações de opressão e violência requer ação coletiva e individual. Convidamos todas, todes e todos a se juntarem a nós nesta luta e a celebrarmos as diferenças que apoiam, acolhem e visam por uma sociedade mais equitativa, justa e inclusiva.

XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo



ATENDIMENTOS EM SITUAÇÕES DE CONFLITO:

AUTOCONHECIMENTO É FUNDAMENTAL PARA GARANTIR PROFISSIONALISMO



A história da refugiada Alaa Al Assaf, psicóloga que iniciou sua atuação em meio à guerra da Síria e hoje é educadora social num espaço de abrigo temporário para pessoas afegãs que chegam ao Brasil.

Foto: Acervo pessoal de Alaa Al Assaf. Arte: Paulo Mota.

Alaa Al Assaf optou pela carreira de psicóloga com uma justificativa bastante comum na área: a paixão por tentar compreender os intrincados mecanismos do comportamento humano. O que a profissional não imaginava era que nessa jornada para desvendar as percepções e emoções dos indivíduos e sua consequente influência na sociedade, ela iria trabalhar com vítimas de guerra, aquelas pessoas profundamente afetadas pela devastação em situações de conflito.

Sua trajetória profissional teve início durante a Guerra Civil na Síria, na *SOS Children's Villages*, um projeto de ajuda humanitária que visa fornecer cuidados temporários a crianças que tragicamente perderam suas famílias. Desde então, nunca mais deixou de lidar com atendimento psicológico de emergência a pessoas afetadas por situações de crise e violência, com atuações e formações direcionadas na Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Tomou a decisão de buscar refúgio no Brasil nos primeiros meses de 2021, local onde sua irmã e família conseguiram asilo e cidadania em 2014. Obteve a residência permanente após dois anos vivendo no país. Segue como educadora social na Casa de Acolhida "Todos Irmãos", em Guarulhos, espaço de abrigo temporário voltado à população refugiada do Afeganistão recém-chegada ao país. Acompanhe, a seguir, o depoimento de Alaa Al Assaf.

"Devido aos traumas, estado de estresse constante e perturbação da vida cotidiana, viver em circunstâncias de guerra pode resultar em diversos tipos de transtornos, problemas psicológicos e de saúde mental. O contexto de acolhimento dessas vítimas envolve uma abordagem multifacetada, que demanda uma autoconsciência bem desenvolvida. As profissionais e os profissionais que realizam o atendimento devem ter uma compreensão profunda das suas próprias emoções, preconceitos e potenciais gatilhos para oferecer uma ajuda eficaz. O autoconhecimento é fundamental para garantir o profissionalismo nessas circunstâncias.

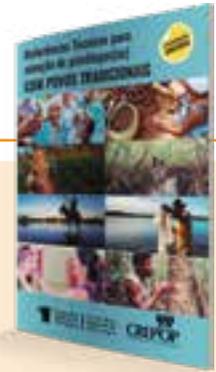
É necessário tentar criar um espaço seguro e sem julgamentos, respeitando o ritmo e as escolhas de cada indivíduo. Empatia, consistência e escuta ativa são atitudes capazes de promover a confiança tão essencial nessas relações. Outros elementos vitais são o conhecimento e sensibilidade cultural ao lidar com pessoas que vieram de contextos de conflitos e de violências e que foram realocadas como refugiadas no Brasil. Compreender os desafios únicos que enfrentam, como barreiras de idiomas e ajustamentos culturais, é essencial para um acolhimento eficaz.

Também é importante estar preparada e preparado para adaptar suas abordagens terapêuticas a situações específicas, com atenção aos antecedentes sociais e históricos das pessoas. **Ser culturalmente sensível às origens e crenças**, de modo a compreender a conjuntura de vida, bem como as experiências passadas e o processo de recuperação de cada pessoa vitimada.

Diversos casos deixaram um impacto profundo sobre mim e, até hoje, carrego memórias vivas de muitas pessoas cujas transformações tocaram profundamente meu coração. É animador observar que após múltiplas sessões terapêuticas, elas expressaram mudanças notáveis em suas visões de vida, abraçando uma perspectiva mais esperançosa e significativa.

Num encontro particularmente comovente, uma pessoa disse que, antes de iniciar as sessões, sentia que 'carregava perpetuamente um fardo pesado no peito, semelhante a uma pedra grande'. E depois 'a sensação era que esse fardo foi transmutado em cinzas'. Um depoimento que resume as mudanças profundas que podem ocorrer por meio do atendimento terapêutico.

Fiz parte da equipe do Crescente Vermelho Árabe Sírio, único órgão oficial autorizado a acessar a cidade de Madaya, durante o severo bombardeio na zona rural de Damasco (Síria). Além de fornecer alimentos, roupas e medicamentos, os esforços se voltaram ao atendimento psicológico inicial, especialmente de crianças. Foi um trabalho emocional para estabelecer uma sensação de segurança, criando espaço e oportunidade para expressarem seus sentimentos e medos. Parte de uma mobilização baseada em paciência, resiliência e adaptabilidade.



Acesse as **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais**, do Conselho Federal de Psicologia, com orientações para atuação da Psicologia junto à diversidade sociocultural que compõe o Brasil.

Deixei minha terra natal devido ao conflito devastador no país e lembro com grande precisão da minha chegada aqui, quando pisei em solo brasileiro. Respirei fundo, como se tivesse sido privada de ar fresco por um longo período. Foi uma intensa sensação de libertação, semelhante a alguém que recuperou sua liberdade.

Do ponto de vista psicológico, ao lidar com pessoas que experimentaram o sofrimento de conflitos violentos, de violações de direitos e de condições desumanas, a ênfase inicial abrange fornecer segurança, estabilidade, conforto e assistência. Apoiar alguém que foi enfraquecida pelo trauma da guerra, que está em busca de refúgio numa nação segura e hospitaleira para recuperar e reconstruir as suas vidas, é uma tarefa complexa e sensível.

Em termos de queixas e necessidades, a demanda mais urgente é que haja recursos financeiros para apoiar as pessoas recém-chegadas a terem meios de se estabilizar, como assistência para habitação, necessidades diárias básicas e suprimentos médicos. A fase subsequente envolve esforços para promover a aceitação e integração cultural no seu novo país anfitrião.

Ao comparar minhas experiências anteriores com minha vivência no Brasil, vejo certas distinções em relação a outros países. Percebo uma abertura maior a acolher a diversidade."

UMA JORNADA PERMANENTE



A importância do atendimento psicológico diante das dores e dificuldades de quem migra e tenta (re)iniciar a vida no Brasil

Fotos: acervos pessoais. Arte: Paulo Mota.

Sair da própria casa para não sofrer perseguições. Mudar de país para fugir das ameaças da guerra. Deixar a família e pessoas amigas para tentar sobreviver. São muitas as razões que levam migrantes e pessoas refugiadas a se deslocarem, por vezes até outro continente, num esforço em busca de meios dignos de vida.

Atualmente, ao menos oito regiões ao redor do mundo têm conflitos armados em curso. Seja por motivos políticos, disputa de território ou intolerância étnica e religiosa, é o maior número de embates violentos desde a Segunda Guerra Mundial.

São contextos com graves e generalizadas violações de Direitos Humanos. Até o final de 2022, mais de 108,4 milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar suas casas - número recorde registrado pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

Esses processos de mudanças forçadas, que geralmente são acompanhados por perdas e lutos, têm consequências emocionais bastante intensas e significativas.

Além dos riscos e das incertezas, onde nem sempre existem contatos próximos ou redes de apoio, a experiência de migrar - um direito humano - muitas vezes é atravessada por traumas, discriminações, sentimentos de solidão e pela luta constante por direitos.

"Eu não tinha ninguém. Quando cheguei aqui em São Paulo com meu filho de seis meses, não falava nada de português. Era o ano de 2014. A moça do serviço de táxi





do aeroporto sabia um pouco de inglês e me ajudou a chamar o motorista. Então disse pra ele me levar no centro da cidade, porque tinha uma grande aglomeração de pessoas”, conta Hortense Mbuyi.

“Minha ideia era achar pessoas que pudessem entender a língua que eu falo. Até que, graças a Deus, encontrei uma pessoa do meu país que trabalhava como cabeleireiro no bairro do Brás. Ele me levou numa igreja, onde se reuniam mais pessoas da minha terra, e que me levaram na Polícia Federal para entrar na regularização migratória”, explica a refugiada da República Democrática do Congo.

Advogada formada em Direito Econômico e Social, Hortense é militante desde sua juventude e sempre lutou pela democracia e equidade de gênero. Por ser ligada à União para a Democracia e o Progresso Social (UDPS), partido de oposição mais proeminente do país, chegou a ser presa e a sofrer violência física.

“Vim para o Brasil em busca de atendimento médico depois de todas as barbáries que sofri. E soube que muitos companheiros meus foram assassinados. Acabei ficando porque estava correndo perigo. Eu fugi da perseguição, né?”

Nesses quase 10 anos no país, ela passou a atuar em organizações que defendem e buscam assegurar os direitos das pessoas refugiadas. Tanto que chegou a ocupar o posto de titular do Conselho Municipal de Imigrantes (CMI) da cidade de São Paulo.

Mas a ajuda para conseguir renda e moradia veio da sua própria comunidade. “Vim com meu filho ainda bebê. Naquela época, não consegui vaga em abrigo. Tive que buscar emprego e dividir aluguel com as congolezas e os congolezes mais antigos que moravam aqui, e assim que eu segui até hoje.” Suas duas filhas mais velhas seguem vivendo no Congo.

Todo migrante tem direitos

Gabriel Inticher Binkowski é psicólogo (CRP 06/155502), psicanalista e professor no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Coordena o eixo de Clínica Psicanalítica Transcultural do Grupo Veredas, que oferece atendimento psicológico e psicanalítico gratuito a imigrantes, migrantes e pessoas refugiadas na capital paulista.

Ao atuar em parceria com outras instituições, como a Casa do Migrante (abrigo da Missão Paz) e o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI), o projeto tem como proposta promover a inserção social dessas pessoas e a reconstituição de laços, conduzir a elaboração de lutos e trabalhar os fenômenos de exclusão e segregação.

“Existe uma singularidade nesses atendimentos. Uma preparação inter ou transcultural para lidar com outras línguas, religiões, nacionalidades e tipos de experiência migratória. São seres muito corajosos que lutam para sobreviver, que enfrentaram perseguições, genocídios, violência política, de gênero e até catástrofes climáticas.”

O psicólogo detalha que a maior demanda tem a ver com a ordem do traumático, que vem desde a necessidade e a decisão de migrar, o percurso do deslocamento, até as dificuldades de viver no nosso país.

Para a congoleza Hortense Mbuyi, é uma situação muito paradoxal. “Existem portarias, até a nova lei da migração, mas na prática, a efetividade é vazia.” Isso porque são frequentes os entraves e impedimentos ao tentar participar de programas sociais e conseguir assistência.

Independentemente da situação migratória, toda pessoa migrante tem direito aos serviços públicos de saúde, educação, assistência social e amplo acesso à justiça. A psicóloga (CRP 06/83455) e conselheira do CRP SP, Tayná Alencar Berti de Souza, destaca que além de uma escuta atenta e cuidadosa, é fundamental fortalecer o entendimento dessas pessoas em relação ao que podem acessar no Brasil. “É facilitar as orientações sobre a rede socioassistencial, de proteção e de benefícios.”

Gabriel Binkowski corrobora que muitas vezes as imigrantes e os imigrantes não sabem que têm direito em recorrer à rede pública. Porém, também acontece de as equipes de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros acharem que essa população não pode ser atendida. Um exemplo comum é a recusa da matrícula por não aceitarem a documentação dos pais - quando é obrigatório que todas as crianças sejam escolarizadas.

“Essas circunstâncias pioraram muito nos anos do governo anterior, um período muito violento para esses grupos, pois foi uma gestão presidencial que tentou aniquilar as diferenças. Imagina como se sentia um adolescente venezuelano ao ouvir coisas do tipo: ‘o Brasil não vai virar uma Venezuela’. A experiência de abjeção que essas pessoas passavam.”

A coordenadora do Grupo Veredas, Miriam Debieux Rosa (CRP 06/4403), professora titular do Instituto de Psicologia da USP, costuma empregar o termo “sofrimento sociopolítico” para se referir às dores desses sujeitos. O psicólogo (CRP 06/172293) Gabriel Della Negra usa essa definição para falar sobre a relevância de conhecer a história e a realidade das pessoas atendidas, já que existem contextos muito distintos.

“Não se trata apenas de estar atenta ou atento às trajetórias individuais, mas de pensar no histórico de determinado grupo social, olhar para a dimensão coletiva daquele povo, seu passado e presente. É natural que se sintam isolados nesse processo, e que até individualizem sofrimentos.”

O profissional atua no Serviço de Acolhida e Orientação para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo, instituição localizada na zona norte da capital paulista que oferece acolhimento, proteção, as-

sistência social, integração local e serviços de saúde mental. Aqui no país, esse trabalho é realizado em parceria com o ACNUR e o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

Redes de apoio, partilha e confiança

Ao longo dos atendimentos, Gabriel percebe a recorrência do sentimento de frustração devido às perdas, pois são muitos lutos que a pessoa vive na migração ao não ter mais casa, emprego, familiares, e a própria vida como se apresentava antes. Inicialmente as queixas se concentram na falta de recursos, mas o psicólogo estimula a pessoa a falar de si e de suas experiências subjetivas.

“Mesmo que pareçam demandas somente da ordem do objetivo e do material, é necessário sustentar uma escuta que avance, já que pode haver mais elementos que estejam relacionados com suas vivências até ali. A solidão também costuma estar presente nos relatos, assim como o distanciamento e a ausência de redes de apoio.”

Por isso, considera tão interessante as atividades em grupos oferecidas na sede da Caritas, como oficinas de zine e rodas de conversa de mulheres. “A gente vê acontecer aqui a formação de vínculos, conexões entre pessoas que se encontram numa condição de desamparo muito grande.” É um meio de se filiar aos outros, e ter ferramentas para interpretar e localizar o sofrimento numa esfera um pouco menos individualizante.

Yousef Saif, palestino nascido na cidade de Tulkerem (Cisjordânia), e que mora no Brasil desde 2017, encontrou redes de apoio em dois núcleos diferentes.



O primeiro no bar e restaurante Al Janiah, um espaço político e cultural situado no centro da capital paulista. À época, sua namorada trabalhava no local, o que facilitou sua aproximação para fazer o que mais desejava no país: música.

Juntamente com outras e outros artistas árabes, passou a fazer apresentações no local, onde conheceu o maestro brasileiro Carlinhos Antunes, que estava prestes a iniciar um novo projeto com musicistas e músicos brasileiros, imigrantes, refugiadas e refugiados de várias partes do mundo.



Presente desde a primeira reunião, Yousef passou a integrar a Orquestra Mundana Refugi, que interpreta temas tradicionais da Palestina, Irã, Guiné, Congo e Brasil, além de composições próprias. “Foi onde pude experimentar realmente como é ter uma existência musical, eu nunca tinha sentido isso de uma maneira tão presente”, revela o músico, que toca bouzouki (instrumento de cordas tradicional do Iraque).

Como várias e vários integrantes falavam inglês, isso facilitou bastante a comunicação, o entrosamento e a própria sensação de pertencimento do

palestino dentro do grupo. Mas também foi graças à postura e articulação do maestro Carlinhos, que sempre se esforçou e criou oportunidades para todas e todos se sentirem parte de uma mesma comunidade, que Yousef encontrou amparo diante um dos piores contextos para o povo palestino.



Carta aberta de psicólogas e psicólogos pelo fim da violência contra o povo palestino

“É bem importante ter essa rede, de gente que te respeita, que trabalha ao seu lado e defende suas lutas. O maestro Carlinhos mudou o repertório da orquestra, de última hora, para inserir mais músicas palestinas, justamente no momento de acirramento do conflito em Gaza.”

Por entender que o andamento dos processos costumam demorar, devido a burocracias e dificuldades nos encaminhamentos, Yousef não chegou a buscar auxílio em instituições ou organizações. Foi por meio das partilhas e vivências no Al Janiah e também na Orquestra Mundana Refugi que Yousef se sentiu num ambiente mais próximo e familiar.

“É quem te apoia por princípios e sentimentos sinceros, que ajuda a conseguir resistir e construir meios de evidenciar a questão palestina. O povo palestino está precisando.”

O peso de cada bagagem

Foi justamente em busca dessa liberdade para criar e se manifestar em favor da afirmação da cultura e identidade palestina, que o músico veio para o Brasil. Ele conta que a ocupação israelense foi decisiva nisso, pois a programação dos espaços culturais é controlada.

“O artista que não segue as normas tem suas participações limitadas ou negadas, e pode ter problemas políticos. Sofri ameaças e tive amigos que foram presos de forma brutal.”

Anaily Milagro Sequera Peraza também deixou seu país de origem porque queria fazer arte. Natural de Barquisimeto, na Venezuela, sabia desde os 15 anos que iria embora dali. “Era muito pequeno pra mim.” Sempre que contava seus planos de ser atriz, costumava ouvir que morreria de fome e que, por ser preta, só interpretaria papéis secundários e estereotipados.

Em 2018, após passar pelo luto de sua mãe e ter se formado em teatro, Mila chegou em Foz do Iguaçu. Permaneceu durante dois anos e depois seguiu para São Paulo. “Migrar foi um processo de crescimento extremamente dolorido, apesar de sempre saber que deixaria meu país. Hoje eu só faria com uma oferta de emprego. Na cara e na coragem, do jeito que eu vim pra cá, eu não iria pra lugar nenhum.”

Atualmente a atriz, cantora e educadora atua no Museu da Língua Portuguesa. Mas após chegar na capital paulista, sofreu princípios de assédio num albergue, foi ofendida diversas vezes no local de trabalho e seis meses depois ficou desempregada. Foi um dos gatilhos para perceber que não estava bem.

“Eu já sofria de depressão, fui diagnosticada, só que não prestava atenção. Então comecei a cair num espiral de solidão: não tinha emprego, não tinha mãe, nunca tive pai.” Parecia que o sentimento de desamparo e abandono tinha “desabado” sobre ela.

Por meio da publicação de um coletivo de mulheres no WhatsApp, Mila ficou sabendo do serviço de saúde mental oferecido pela Caritas. “Peguei o número e escrevi: queria morrer. Porque era exatamente o que pensava. Eu estava devastada”, descreveu a artista.

“Eles demoraram uns três dias para responder. Mas quando expliquei a situação, ofereceram a possibilidade do atendimento ser em espanhol. Acabou sendo em português e, mesmo assim, a pessoa teve uma atenção ideal comigo.”

Tanto que Mila seguiu com o acompanhamento psicológico durante oito meses. Para ela, a essência da boa terapia é ser um espelho absoluto: “não imprimir julgamento ou opinião, a não ser refletir o outro.”

Essa continuidade no acompanhamento é rara entre o público de imigrantes e refugiados. Seja pelas dificuldades de acesso e ausência de recursos, pela falta de tempo disponível e sobrecarga de trabalho,



ou ainda pela descontinuidade dos próprios órgãos responsáveis, são muitos fatores que interferem para que essa frequência não seja possível. Além dessas razões, Gabriel Binkowski, do Grupo Veredas da USP, enfatiza que a expectativa em desenvolver uma psicoterapia longa costuma ser logo rompida porque quem passou pela ordem do traumático tem dificuldade em estabelecer um contato íntimo com outro ser humano.

“As psicólogas e psicólogos precisam lidar com essas frustrações. Pode acontecer que num segundo ou terceiro encontro as pessoas depositem as memórias todas de uma vez e nunca mais voltem. Que em poucos minutos relatem como foram violentadas, ou então como sobreviveram ao tráfico de pessoas, sem retornar. É muito angustiante.”

Por isso a abordagem do grupo passou a se basear na ideia de que a elaboração fica do lado do clínico, e não do lado de quem recebe atendimento. Como se a cada encontro fosse possível deixar algum recurso para ser usado posteriormente, seja um olhar, palavra ou expectativa.

Gabriel também revela que o principal mote da questão migratória está ligado à experiência do exílio. “Não sou daqui, mas também não sou mais de lá... É um trabalho psíquico de tentar se inscrever e se sentir pertencente ao lugar. Justamente porque é uma condição de não estar, de não poder ser acolhida e acolhido, nem sonhar com o futuro, numa redução das possibilidades de existir. É não poder descansar nunca.”

Pessoas livres e impedidas

A psicóloga (CRP 06/168464) **Fernanda Duarte** também destaca o cansaço como elemento recorrente nas sessões. “Vemos o quão desgastante é sempre precisar fazer movimentos para acessar um direito, e ainda assim ser violada e violado em muitos equipamentos. Por exemplo, pessoas trans que são imigrantes costumam trazer que é uma realidade muito cansativa, pois parece que nunca acaba.”

No Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI Oriana Jara), na região central de São Paulo, a profissional aprendeu a importância de uma prática clínica que ultrapassa os muros do consultório.

“Crianças e adolescentes com menos de 18 anos, mulheres vítimas de violência, pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão... as demandas que chegam é de uma população em situação de vulnerabilização social muito grande. Auxiliar na garantia de direitos é atuar para que consigam se fortalecer. Orientar quais caminhos existentes no Brasil para alcançar a mínima estruturação de vida.”

Entre janeiro e outubro de 2023, foram registrados quase 7.800 atendimentos pelo CRAI, sendo a maioria para regularização migratória, seguida por orientações diversas, viabilizações de acesso a programas de cidadania, e encaminhamentos para serviços de acolhimento de imigrantes em situação de vulnerabilidade e risco.

Fernanda explica que o sofrimento está diretamente ligado com a violação ou a negação de direitos. “Representa a invalidação de quem você é. Essa constante quebra de expectativa é um atravessamento. Vai além do viés psicológico, tem um viés social e cultural também. A nossa sociedade ainda tem um olhar muito violento com a questão migratória, principalmente quando se refere a determinados grupos.”

Na opinião de Hortense Mbuyi, a ideia do Brasil acolhedor é um mito. A refugiada congoleza considera um desastre a garantia de direitos sociais no país, como emprego e moradia, e lembra da constante discriminação nas tentativas de integração social.



“A gente vive numa prisão a céu aberto. A gente vive em liberdade mas, na realidade, a gente não está livre. Tem limite traçado pelo racismo que faz parte da cultura brasileira e ainda é acompanhado da xenofobia. Então, é uma prisão porque há impedimento de você fazer coisas.”

A advogada chama atenção para o fato do Brasil ser um dos únicos países onde você encontra refugiadas e refugiados sem-teto, e que isso é um reflexo direto da falta de Políticas Públicas. Hortense sente que **existe uma seleção de imigrantes desejáveis e imigrantes indesejáveis**.

“Essa é a realidade brasileira. O acolhimento de um imigrante africano, independente da sua categoria migratória, não é o mesmo de um imigrante árabe, oriental, europeu ou norte-americano. Não dá pra colocar todas e todos na mesma categoria ou confrontá-los à lei, porque a aplicabilidade é abalada pelo racismo e xenofobia.”

Por isso, é fundamental considerar aspectos sociológicos e antropológicos ao lidar com essas populações. Cada povo tem características únicas, dores específicas e demandas particulares. É necessário que os casos sejam separados e tenham acompanhamentos específicos, a partir de equipes preparadas, sensíveis e conscientes dos fatores sociais e históricos.

“Como depois de três meses de chegar no Brasil, japoneses ou coreanos já têm um Registro Nacional Migratório (RNM) e uma residência, e aquele moçambicano, congoleza, nigeriano que está aqui há 10 anos permanece sem documento?”, indaga Hortense.

75 ANOS DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E AS IMPLICAÇÕES NA PSICOLOGIA



Por Ione Aparecida Xavier

Arte: Paulo Mota.

O ano era 1948. Fazia três anos que o maior conflito da humanidade, que provocou a morte de cerca de 60 milhões de pessoas, tinha chegado ao fim. Após a catástrofe da II Grande Guerra, diferentes países consideraram essencial promover relações amistosas entre as nações e que fossem pautadas na fé e nos direitos fundamentais dos seres humanos, sobretudo, na igualdade de direitos entre todas as pessoas.

Foi então que, no dia 10 de dezembro, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Carta Internacional dos Direitos Humanos, elaborada a partir de três pactos fundamentais:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos: o reconhecimento dos Direitos Humanos de todas as pessoas;
- Direitos Civis e Políticos: direitos à vida, a não ser submetida à tortura, à escravidão, ou ser mantida em servidão, a não ser presa por dívidas, a não sofrer condenação penal retroativa, ao reconhecimento de personalidade jurídica e à liberdade de pensamento, de consciência e de religião, além de não darem origem a discriminações baseadas na raça, cor, gênero, língua, religião ou origem social;
- Direitos Econômicos, sociais e culturais: visando à promoção do bem-estar e social em uma sociedade democrática.

À época, o que pareceu ter reunido representantes de grande parte da humanidade para tentar reestabelecer uma ordem humanitária consensual e amistosa foi o fato de muitos chefes de Estado terem se deparado

com o sofrimento incomensurável da guerra e do pós-guerra, as milhares de mortes, a fome dos seres humanos, dos seus familiares e de suas respectivas nações.

Desde suas origens, a Psicologia brasileira, especificamente em São Paulo, tem se comprometido com a luta em prol da garantia de direitos - que ainda não são garantidos. Em sua essência, podemos afirmar que a Psicologia tem expertise em reconhecer e lidar com o sofrimento humano, pois ao longo de sua existência, do ponto de vista sócio-histórico, tem se deparado com os efeitos da ditadura, do neoliberalismo e da necropolítica.

Nos últimos anos, temos presenciado o sofrimento dos mais de 200 milhões de habitantes da nação brasileira, que durante a pandemia da Covid-19 tiveram que amargar um número vergonhoso que superou 700 mil mortes. Ao menos 70 milhões de pessoas no Brasil estão em situação de insegurança alimentar e mais de 21 milhões de pessoas não têm o que comer todos os dias - situação que atinge diretamente o povo pobre e preto, as populações camponesas e quem vive em territórios marginalizados.

A Psicologia teve que reconhecer que a mesma tecnologia que ajudou a população mundial e brasileira a se manter conectada e, muitas vezes viva em suas residências na época do isolamento social, foi a mesma que, por meio dos recursos de Inteligência Artificial, esteve a serviço das fake news no mundo político. Foram ações que estimularam os discursos de ódio, mentiras e difamações e que tiveram como consequências inúmeros conflitos, intolerância, desentendimentos e agravamento de violências.

Houve ainda uma forte articulação online dos grupos antivacina, que disseminam desinformação e reforçaram boatos, um ponto chave para a queda das taxas

de imunização. Segundo projeção da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o risco de surto de doenças preveníveis por vacinação é o mais alto em 30 anos.

O avanço tecnológico desordenado possibilita que ocorram violações de direitos no ambiente cibernético, com jovens que têm seus corpos expostos em situações traumáticas, crianças que são exploradas e sofrem com assédios e extorsões, mulheres que têm sido vítimas de assédios e golpes em sites de relacionamento, dentre outros abusos.

Podemos dizer que como sujeito coletivo, a Psicologia representada pelo Brasil na América Latina se constituiu historicamente com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e incorporou elementos derivados no Código de Ética profissional, um guia orientador em sete princípios fundamentais para seu exercício, por meio dos quais é possível interpretar todos os dispositivos éticos e disciplinares da profissão.

Destacamos os pontos do compromisso da Psicologia com a defesa intransigente dos Direitos Humanos nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional da Psicologia:

- I. A psicóloga e o psicólogo basearão o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiados nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- II. A psicóloga e o psicólogo trabalharão visando a promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirão para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.
- III. A psicóloga e o psicólogo atuarão com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.
- VII. A psicóloga e o psicólogo considerarão as relações de poder nos contextos em que atuam e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

Mediante atividades e orientações destinadas à categoria, o Sistema Conselhos de Psicologia, formado pelo Conselho Federal de Psicologia e Conselhos

Regionais, buscam garantir a construção de um pensamento crítico em relação às suas práticas perante as populações invisibilizadas. São ações voltadas para garantir o melhor entendimento e cumprimento de legislações fundamentais nessa trajetória, tais como:

- Estatuto da Criança e do Adolescente e a série “ECA +30: a gente luta, a gente brinca”;
- A Lei Maria da Penha, em paralelo à Resolução CFP 08/2020, que orienta a atuação de psicólogas e psicólogos em relação às violências de gênero;
- O Estatuto do Idoso e a realização do CRP SP Debate (live) “População idosa e o contexto atual: avanços, dilemas e antigos desafios”;
- A Lei Brasileira de Inclusão e o lançamento do “Guia Prático sobre Acessibilidade para profissionais de Psicologia”, com o compromisso de conscientizar a sociedade da importância de eliminar barreiras sociais e assim assegurar que as pessoas com deficiência sejam verdadeiramente incluídas de forma equânime;
- A luta intransigente contra o Marco Temporal, que afasta a possibilidade de povos indígenas e povos tradicionais quilombolas terem seus direitos fundamentais garantidos, com o evento on-line “Marco temporal não: nunca mais um Brasil e uma Psicologia sem nós”;
- O lançamento da Campanha Nacional de Direitos Humanos “Descolonizar corpos e territórios: reconstruindo existências Brasileiras”, uma iniciativa do Sistema Conselhos de Psicologia para dialogar com a categoria sobre as diversas interfaces da temática e a atuação cotidiana de psicólogas e psicólogos.

Acesse mais produções do Sistema Conselhos de Psicologia sobre Direitos Humanos



Ione Aparecida Xavier

Psicóloga (CRP 06/27445) e presidenta da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP.

PRIMEIRO ANO DE GESTÃO DO XVII PLENÁRIO É MARCADO POR FORMAÇÕES E MODERNIZAÇÕES

Fotos: acervo CRP SP. Arte: Paulo Motta.

Em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, é fundamental que as pessoas tenham acesso a recursos e elementos que contemplem as diversidades atuais. Somente assim é possível alcançar repertórios plurais, que favorecem a construção de ambientes inclusivos e igualitários. Neste contexto, a Psicologia figura como ciência e profissão indispensáveis enquanto agente de transformação social.

Foi a partir desse compromisso que surgiu o mote do XVII Plenário, lançado em agosto de 2023. A frase “Diferenças que constroem, compromisso social e ético da Psicologia” reflete a profunda compreensão desta gestão sobre esses princípios, que estão presentes nos resultados pretendidos pelo Planejamento Estratégico.

O símbolo escolhido para acompanhar o mote é o sinal do Conselho de Psicologia na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que enfatiza o caráter abrangente e diverso do que é ser uma profissional de Psicologia.

“Também é uma maneira de reforçar o compromisso em reconhecer e celebrar as diferenças que nos tornam pessoas únicas, de modo a possibilitar a construção de pontes de entendimento e empatia”, destaca Ana Tereza da Silva Marques, psicóloga (CRP 06/141032) e conselheira vice-presidenta do CRP SP, também Pessoa com Deficiência, surda profunda e bilingue.

Dentro do trabalho iniciado em setembro de 2022, já é possível traçar um resumo das ações e atividades orientativas e fiscalizadoras realizadas no primeiro ano da gestão do XVII Plenário. Acompanhe, brevemente, o caminho percorrido até agora em defesa da Psicologia e da promoção e da garantia de direitos.

Ações e eventos

Uma das grandes participações do CRP SP no período foi de reforço da Psicologia Latino-americana. Em abril, as conselheiras presidenta Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), vice-presidenta Ana Tereza da Silva Marques, secretária Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890), Maria da Glória Calado (CRP 06/33194) e o conselheiro Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838) representaram o Conselho em Montevidéu (Uruguaí) e integraram o Congresso ULAPSI 2023, organizado pela União Latino-americana de Entidades de Psicologia.



As conselheiras secretária Marta Eliane de Lima, presidenta Talita Fabiano de Carvalho, Maria da Glória Calado, vice-presidenta Ana Tereza da Silva Marques e conselheiro Davi Rodriguez Ruivo Fernandes representam o CRP SP na ULAPSI.

Foi uma oportunidade de contribuir com importantes discussões e apresentar mais detalhes sobre problemas da realidade brasileira acerca das violações de direitos em comunidades terapêuticas, as situações de violência e discriminação nas escolas e os avanços do neofascismo no país. Na ocasião, a conselheira Maria da Glória foi eleita para o cargo de tesoureira diretora da entidade internacional.

Para abrir espaços de reflexão e diálogo sobre a prática psicológica, o Conselho promoveu encontros como “Viagens Trans(gênero): Abordagens psicológicas, médicas, legais e vivências interseccionais”, realizado em julho no auditório do CRP SP. A (des)patologização das identidades trans, as vivências na infância e no envelhecimento, as intersecções com as pautas feministas na visibilidade da temática foram alguns dos assuntos tratados no evento, organizado em parceria com o Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas da Psicologia Escolar (LIEPPE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP).

Ainda nessa temática, o CRP SP apresentou proposta ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) de construir Resolução para atuação profissional no atendimento das pessoas intersexo e assexuais e que foi aprovada na Assembleia de Políticas Administrativas e Financeiras (APAF), em maio deste ano.

Também no primeiro semestre, o Conselho teve a oportunidade de somar com o debate e as mobilizações étnico-raciais no país. Inicialmente com a participação da conselheira Maria da Glória Calado na plenária “Aquilombamento da Psicologia: corpos-territórios de afeto, política, resistência e ancestralidade”, quando representantes de todos os Conselhos Regionais de Psicologia do Brasil estiveram em Brasília para discutir o combate ao racismo por meio de ações afirmativas inclusivas e reparatórias.

Depois, durante a 3ª Marcha das Mulheres Indígenas, mobilização que chamou atenção para problemas de garimpo ilegal, violência de gênero e acessibilidade indígena à saúde mental, além de todas as atividades desenvolvidas na Comissão Especial Relações Étnico-Raciais (CRER), que tem coordenação da própria Maria da Glória.



Demanda reivindicada pela categoria, a nova **Carteira de Identidade Profissional (CIP)** já está disponível para psicólogas e psicólogos de todo estado. O novo modelo tem um design moderno e durável, com 16 elementos de segurança. Em breve, será lançada a e-CIP, versão digital e integrada a outros serviços do Sistema Conselhos de Psicologia. A versão anterior da CIP seguirá válida, não sendo obrigatória a troca pela nova carteira.

Em setembro, mês de comemoração dos 61 anos de regulamentação da Psicologia no Brasil, houve uma programação intensa de atos e ações por todo estado, desde homenagens a psicólogas por sua dedicação à profissão, até mobilizações e eventos com entidades parceiras para estimular reflexões sobre uma prática ética e comprometida com a sociedade.

Além disso, representantes do CRP SP estiveram no XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (ABEP), onde conduziram as mesas “Desafios na formação em Direitos Humanos”, “Articulações para implementação da Lei Federal nº 13.935/2019 nos territórios” e “Violências de Estado”. Realizado na cidade de Campinas, teve como objetivo principal tratar da formação profissional e dos meios de fortalecer a pesquisa brasileira na área.

Em parceria com Conselho, a ABEP também promoveu um processo de formação destinado às psicólogas técnicas e às conselheiras do XVII Plenário, com foco em Psicologia, Diretrizes Curriculares Nacionais e Educação em Direitos Humanos para aprimorar a atuação nas funções finalísticas desta Autarquia.

Já na cidade de São Bernardo do Campo, foi realizado o VI Encontro Paulista de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE). Em pauta, estiveram as articulações para implementação da Lei Federal nº 13.935/2019 no estado e municípios, além de mesas e painéis sobre



violência nas escolas, escolas democráticas, práticas psicológicas na educação e a formação e orientação ética voltada à Psicologia Escolar e Educacional.

Outro destaque foi a participação conjunta na organização de dois eventos: “Os impactos da desestruturação das Políticas Públicas nos acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes”, realizado na ALESP, em parceria com CRESS, Defensoria Pública, entidades de pesquisa, movimentos sociais e pessoas trabalhadoras e adolescentes usuárias das Políticas Públicas; e o “Encontro Multidisciplinar sobre Aplicação da Lei Antimanicomial nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico”, ocorrido na Secretaria de Penitenciária do Estado de São Paulo. A proposta foi analisar e debater a aplicação dessas diretrizes, considerando a garantia de direitos, o papel das instituições e os impactos nas vidas das pessoas envolvidas.

CRP SP renova parceria com o Ministério Público nas políticas de Saúde Mental em SP. O Termo de Cooperação Técnica, assinado entre as entidades, serve para fortalecer o trabalho de fiscalização e de promoção de medidas para a adequada prestação de serviços das instituições de saúde mental e o respeito aos direitos das pessoas usuárias desses serviços - de forma a cumprir com a Reforma Psiquiátrica e demais Políticas Públicas.

Orientação e fiscalização

Por ser uma profissão que lida com o dinamismo das relações e das configurações sociais, é fundamental que as psicólogas e os psicólogos busquem por formações que estimulem novos aprendizados, bem como a atualização e o desenvolvimento profissional. Além de cumprir com seu dever ético, é uma maneira de melhorar significativamente a qualidade do trabalho oferecido, fortalecendo a confiança com as pessoas atendidas.

Diante da atribuição de orientar a categoria sobre temas pertinentes à Psicologia e assegurar o exercício profissional de pessoas habilitadas para prestarem serviços de qualidade, as equipes técnicas das Comissões de Orientação e Fiscalização (COF) e Ética (COE) - incluindo a Câmara de Mediação (CAM COE) -, promoveram diferentes atividades sobre conteúdos sensíveis à profissão.



Conselheira Ana Tereza da Silva Marques participa de encontro para tratar sobre a precarização das políticas de acolhimento infantojuvenil.

Como a Reunião de Orientação a psicólogas e psicólogos que atuam nos equipamentos de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA) da zona sul da cidade de São Paulo. A iniciativa atendeu ao pedido do Tribunal de Justiça de São Paulo para abordar o fenômeno global da medicalização da vida, em que problemas sociais e políticos não são compreendidos como fenômenos coletivos, mas sim derivados de psicopatologias que tem como única alternativa terapêutica a prescrição de medicamentos.



Outros dois encontros formativos internos em formato híbrido, de abrangência estadual e participação dos territórios, tiveram como tema a Mediação, Avaliação Psicológica na área do Tráfego, Psicologia e Laicidade, e a atualização da Comissão para o cumprimento de suas atividades, com conteúdos sobre o Código de Ética, o Código de Processamento Disciplinar, o Trâmite do Processo Ético, a mediação e os desafios da COE nas subsedes.

CRP SP: presente!

Faz parte do histórico do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo apoiar e estar presente nas mobilizações realizadas pelas organizações sociais. A começar pelo tradicional ato do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher. Além de acompanhar o movimento nas ruas, também foi realizado o CRP SP Debate (live) com o tema “Mulheres na Psicologia: diversas perspectivas na garantia de direitos”.

PARA FICAR DE OLHO

Comissão de Ética

..... De setembro/2022 a setembro/2023

1.112
processos em tramitação

1.101
processos disciplinares éticos

11
processos disciplinares ordinários



Principais questões: Equívocos na elaboração de documentos escritos.



Resposta do CRP SP: ações educativas para orientar os profissionais.



Na prática: Realização de oficinas de Elaboração de Documentos Escritos em todo o estado de São Paulo, totalizando 18 encontros até agora. Lançamento do Manual de Produção de Prontuários e Documentos Escritos, disponível gratuitamente para a categoria.

Após anos de luta para fazer cumprir a **Lei Federal nº 13.935/19**, tiveram início algumas das contratações previstas de psicólogas e psicólogos para atuarem nas unidades escolares em diversas localidades no estado de São Paulo.



#EscolaSemViolência:

Após repetidos ataques ocorridos no ambiente escolar, o CRP SP integrou diálogos e atividades em busca de soluções para o problema e também para cobrar a implementação da Lei Federal nº 13.935/2019. Entre as muitas ações, articulou em audiências públicas sobre o tema na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP) e em reunião com a deputada estadual Mônica Seixas e com o Secretária Estadual de Educação de São Paulo.



#Subsedes:

Representantes do Conselho endossaram a urgência da aplicação da lei em todo o estado ao mobilizarem e atuarem em palestras, rodas de conversa, e audiências públicas sobre assunto, como durante a "Semana da Psicologia" na Universidade Municipal de São Caetano do Sul, e a entrega de ofício ao Conselho Municipal de Educação (CMESO) de Sorocaba para a implementação da regulamentação.



#NotaTécnica:

Em maio, a presidenta Talita Fabiano de Carvalho esteve na audiência pública "Psicologia e serviço social nas escolas (Lei 13.935/19), realizada na Câmara dos Deputados, que resultou na Nota Técnica do Conselho Federal de Psicologia (CFP) para orientar a categoria na prevenção e enfrentamento à violência em ambiente escolar.



#CRPSPNaMídia:

Conselheiras e conselheiros têm participado de reportagens sobre a importância da presença de profissionais da Psicologia e do Serviço Social nas escolas.

G1, SBT News e Folha de S.Paulo:

Participação da conselheira Valeria Campinas Braunstein (CRP 06/31093).

Repórter Diário:

Participação do conselheiro Davi Rodriguez Ruivo Fernandes e da gestora da Subsele Grande ABC Maria da Penha Tamburú Ivanchuk (CRP 06/46649).

PARA FICAR DE OLHO

Comissão de Orientação e Fiscalização

..... De janeiro a setembro/2023

11.975
orientações

304
fiscalizações

nas

11
subsedes



Foi lançada a Resolução CNE/CES nº 1 de 11 de outubro de 2023, que institui as novas **Diretrizes Curriculares Nacionais** para os cursos de graduação em Psicologia. As DCNs servem para estabelecer e definir princípios, fundamentos, condições de oferta e procedimentos para o planejamento, implementação e avaliação dos cursos de Psicologia, como a necessidade de uma formação presencial, voltada aos Direitos Humanos e às Políticas Públicas. Uma vitória para a Psicologia e seu compromisso social no campo da defesa dos Direitos Humanos.



Principais orientações à categoria: Elaboração de prontuários, atendimento de crianças e/ou adolescentes, uso de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), regras de publicidade e denúncias (inclusive dos serviços-escolas das universidades).



Resposta do CRP SP: manter o diálogo contínuo com Instituições de Ensino Superior incidindo na formação ética com as coordenações de curso de Psicologia, corpo docente e supervisões de estágio.



Na prática: Realização de encontros contínuos nas universidades, envolvendo também estudantes, com a apresentação de materiais de orientação e do compromisso ético da Psicologia com Direitos Humanos.

Outra data de grande relevância no calendário da categoria é o 18 de Maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Acompanhada de integrantes do Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba (FLAMAS) de Sorocaba, a presidenta Talita Fabiano de Carvalho e a conselheira presidenta da Comissão de Direitos Humanos do CRP SP, Maria da Glória Calado, estiveram na marcha e reforçaram o compromisso da Psicologia com o Cuidado em Liberdade e a Redução de Danos. “A Psicologia, em seu Código de Ética profissional, assegura que as pessoas não devem sofrer nenhum tipo de violência, discriminação, opressão ou negligência. A Psicologia é indissociável dos Direitos Humanos”, afirmou Talita.

Na sequência, o Conselho também marcou presença nas atividades do mês do Orgulho LGBTQIA+, dentre elas no Encontro Nacional de Paradas LGBTQIA+, no qual a presidenta Talita compôs a mesa sobre “Políticas Públicas efetivas na Diversidade Sexual e de Gênero”. Afinal, não há cura para quem não está doente! Este foi o mote da campanha articulada pelo CRP SP e CFP, na qual conselheiras e conselheiros, colaboradoras e colaboradores e Comissões Gestoras de todo o estado somaram-se às atividades do calendário da 27ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo.

As paradas se estenderam pelos territórios, com a participação e articulação do Conselho, por meio de suas subsedes, em diversos municípios do interior e litoral. Além do estado, o CRP ainda esteve presente e somando à campanha “Não há cura para quem não está doente” nas Paradas LGBTIs em Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, fortalecendo as ações no âmbito da região Sudeste. Vale destacar também que o conselheiro Davi

As membras da CRER Thainá da Silva Costa (gestora da Subsede São José do Rio Preto), conselheira Maria da Glória Calado (presidenta da Comissão), Vitória Regina Silva Góes (gestora da Subsede Bauru) e as psicólogas colaboradoras da capital paulista Julia Vieira da Conceição e Maria dos Prazeres do Nascimento Loureiro.



Gelberton Vieira Rodrigues (Subsede Sorocaba), Ione A. Xavier (presidenta da CDH), Daniel Arruda Martins (Relações Institucionais do CFP), Ana Carolina Ferreira Barbosa (Subsede São José do Rio Preto), Talita F. de Carvalho (presidenta do CRP SP), Alessandra Almeida (conselheira do CFP), Rute Alonso da Silva (Relações Institucionais do CRP SP) e Davi Ruivo (presidente da ComCom do CRP SP).

Ruivo Fernandes representou a Autarquia na audiência pública “Igualdade de direitos e proteção jurídica da população LGBTI+”, na Câmara dos Deputados, em Brasília.

Ainda em junho, as conselheiras Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192), Fabiana Maceira Luiz (CRP 06/148611), Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501), Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455) e o conselheiro Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583) estiveram na maior marcha antiproibicionista brasileira (Marcha da Maconha), que reuniu cerca de 100 mil pessoas na cidade de São Paulo, e teve a presença de coletivos de psicólogas e psicólogos de diversas áreas de atuação. Em pauta, a defesa de Políticas Públicas e do entendimento da cannabis a partir de uma abordagem terapêutica, para além do uso pessoal, sob mote “Antiproibicionismo por uma questão de classe - Reparação por necessidade”.

Para celebrar os 33 anos do ECA, a Subsede Baixada Santista somou na organização do desfile do bloco EURECA - Eu Reconheço o Estatuto da Criança e do Adolescente. Organizado pelo Instituto Camará Calunga e realizado na Praia de São Vicente, a iniciativa é resultado da mobilização de crianças, adolescentes e jovens por meio do Projeto Meninos e Meninas de Rua, de São Bernardo do Campo.

No Mês da Consciência Negra, também marcado como Novembro Negro, o CRP SP realizou uma série de atividades na defesa de uma Psicologia Antirracista e na garantia de direitos para a população negra. Além de participar dos atos nas cidades de São Paulo, Sorocaba e São Bernardo do Campo, o Conselho também promoveu rodas de conversa e oficinas, integrou feiras e outras representações realizadas pelas conselheiras, conselheiros, colaboradoras e colaboradores do CRP SP e gestoras e gestores das subsedes, em diferentes territórios do estado, todas sob o mote “Nossos Passos Vêm de Longe, Psicologia Antirracista”.





O IMPERIALISMO COMO FORMA DE DOMINAÇÃO DESCONSIDERA POR ABSOLUTO QUESTÕES HUMANITÁRIAS

Conteúdo elaborado pelo presidente da Comissão de Ética (COE) do CRP SP, psicólogo (CRP 06/142583) Murilo Centrone Ferreira e conselheira membra da COE, psicóloga (CRP 06/66501) Luciane de Almeida Jabur.

Arte: iStock / Paulo Mota.

O fazer profissional da Psicologia orienta-se pelas demandas e necessidades da população, melhor dizendo, pelas realidades políticas, econômicas, sociais e culturais que organizam as relações humanas, sendo a produção da subjetividade uma de suas dimensões em relação com o que incide na produção do sofrimento. Assim, conforme explicitado nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional da Psicologia, faz-se necessário que possamos analisar a realidade de maneira crítica e histórica para que a prática da Psicologia seja responsável e respondente ao seu compromisso ético-político, que é com a vida digna a todas as pessoas.

Desta forma, ao compreendermos os processos colonizatórios e racistas que organizam o cotidiano em nosso país e continente, trazemos apontamentos e reflexões sobre o imperialismo, que de maneira perversa nos convida à manutenção de nossa opressão.

CRP SP - De maneira simplificada, como é possível relacionar ética e imperialismo na atualidade?

Para relacionar ética, depois, ética profissional e as dinâmicas globais impostas pelo imperialismo, precisamos dialogar brevemente sobre o que é imperialismo.

De maneira muito reduzida, podemos assumir que, trata-se da relação em que determinadas nações (ou nação) organizam-se para se sobrepor a outras em privilégio de seus interesses econômicos e políticos. Tais articulações se dão dentro do capitalismo na sua condição monopolista.

Manifesta-se de muitas formas: a partir do fomento da militarização e na produção de guerras, na disputa por territórios, na execução de políticas econômicas externas em privilégio à dominação irrestrita de mercado, na aplicação de sanções econômicas e comerciais a territórios, na desumanização de povos, na dominação cultural e estética, imbricando questões de gênero, raça e classe. Ou seja, todo um aparato ideológico cujo resultado imediato é a promoção de diversas formas de violência.

Sendo o imperialismo um fenômeno que se realiza a partir de práticas coloniais e neocoloniais, devemos considerar o que isso produz objetivamente na realidade concreta. O destaque aqui é para o fato que a busca de tal dominação, nas dimensões em que o imperialismo atravessa, desconsidera por absoluto questões humanitárias e éticas.

Neste sentido, estamos falando também sobre o ideal civilizatório, um modelo de sociedade estabelecida para a produção e o consumo, que



desumanizou a população não branca e atribuiu as suas formas de existência à ideia do primitivo, que usa essa ideia de progresso para avaliar a performance de outros países sem considerar, e/ou sem assumir, ao que estão submetidos, originados historicamente pelos sistemas coloniais e sustentados na atualidade pelas novas formas de colonialismo. Nessa relação nada ética, outorgam a si o poder de tutelar outros estados, como acontece reiteradamente em relação à Amazônia no território brasileiro.

A floresta, tal qual existe atualmente, sem considerar o desmatamento e as intervenções com fins comerciais, é ocupada e fruto de milênios da ação indígena, motivo pelo qual dela resulta biodiversidade - uma versão presente da dimensão ética estabelecida entre o manejo de indígenas e a floresta. Reconhecida a importância da floresta, em nenhum tempo foram reconhecidos os povos

da floresta, aquelas e aqueles que foram e continuam a serem exterminados, por não serem considerados humanos, por terem sido considerados menos humanos posteriormente, por não dialogarem em benefício ao projeto civilizatório dos países dominantes.

As pessoas indígenas, responsáveis diretas pela constituição da floresta como a temos, não receberam o devido reconhecimento e são exterminadas sistematicamente pelas políticas e formas de organização econômica e social do mundo capitalista. As mesmas que promovem a extração e a produção de itens de consumo e geram lucro aos países, que posteriormente vão reivindicar a floresta para si, em função do seu desmatamento. Não é incomum escutar, de tempos em tempos, que a Amazônia é patrimônio da humanidade, sobretudo vindo de países europeus e da América do Norte. Na mesma medida em que vão promovendo esse ideário de "cuidado" (interesse), vão propagando e fomentando maneiras e maneiras de ocupação, das ideias e dos territórios.

Para ilustrar, referenciamos os filmes de guerra que apresentam a luta irrestrita pela "liberdade" do modo de vida americano, o desenho animado que nos diz da difícil ou impossível empreitada dos animais de um zoológico de Nova Iorque em tentar voltar ao seu habitat natural, mas que resulta ao final, na busca incessante de voltar para "casa", no caso, para o zoológico. O animal africano, enjaulado em Nova Iorque, descobre ao final que é melhor para ele voltar para jaula. Também não nos esqueçamos do Tarzan, que continua sendo o rei da selva, diante dos animais, e mais uma vez a branquitude demarca seu lugar na estética hollywoodiana.

São esses atravessamentos que também constituem as políticas imperialistas no mundo, além das incessantes guerras promovidas em países do Oriente, do Oriente Médio e em África, que não geram a mesma comoção popular quando o mundo branco é minimamente atingido por qualquer conflito.

Isso para dizer que, onde há imperialismo, certamente não há ética, a partir de seu fundamental lugar do bem comum, desde Abya Yala.



A ética na Psicologia, construção histórica e dialogada entre diferentes atores que compõem o campo da Psicologia, como Sistema Conselhos de Psicologia, entidades da Psicologia, universidades, associações científicas e profissionais, movimentos sociais, têm sua visão de mundo e de saúde dialogada com a luta pela conquista de direitos e dignidade humana que se deu no período da redemocratização brasileira.

CRP SP - Qual o papel da Psicologia nessa conjuntura?

Neste sentido, a Psicologia no Brasil assumiu um lugar de atuação com compromisso social e de garantia de direitos a todas as pessoas, a partir do conhecimento crítico sobre o que atravessa os fenômenos sociais e as subjetividades para se colocar de forma implicada e atenta às demandas da nossa sociedade. Não só a Psicologia, mas todas as ciências que se propõem caminhar dentro de uma perspectiva de superação das contradições, na proposição de uma sociedade outra. Diferente da que estamos vivendo, em que o resultado de tais políticas, ainda orientadas para a manutenção de privilégios, alimentam o racismo, as violências de gênero, o capacitismo, a LGBTfobia, a gordofobia, o etarismo, entre outras. A nós, da Psicologia, cabe a tarefa de compreender criticamente o mundo e não mais produzir conhecimentos e práticas que venham a servir esses ideais, como no passado, a partir dos projetos eugenistas, a partir da culpabilização individual por problemas que são sociais, por exemplo. O projeto imperialista não está distante destas questões e, por isso, vai se reinventando sempre, condição do próprio capitalismo.

Enquanto profissionais da saúde no atendimento às demandas e necessidades da população, a Psicologia tem sua função social eticamente marcada por valores emancipatórios, pela indissociabilidade entre Psicologia e Direitos Humanos, considerando que suas violações é o que, sobremaneira, produz sofrimento, aniquilação e morte na população brasileira.

CRP SP - Qual deve ser o posicionamento de psicólogas e psicólogos diante dessas questões?

Podemos ter opiniões divergentes, diferentes, sobre como as psicólogas devem se posicionar sobre tais questões. No entanto, o entendimento é que a realidade segue sendo um parâmetro da verdade sobre nossas ações e que a partir dela toda atuação deva partir da reflexão entre a realidade concreta e o campo das ideias. Não seria adequado, no mínimo, aderir à qualquer perspectiva que não tenha lastro de concretude, sob o risco, por exemplo, de fazer das nossas ciências humanas e psicológicas um instrumento de promoção de estigmas, equívocos, violências, como as práticas de reversão da sexualidade, a patologização, medicalização e culpabilização de crianças pela estrutura violenta da educação brasileira, a privação de liberdade e de direitos no cuidado à saúde mental, a realização de práticas reificantes de adaptação e ajustamento - para citar algumas. A posição escolhida, no campo da produção de saber e no exercício profissional, tem um lugar outro, uma vez que não pode estar desacompanhada de uma perspectiva teórico-metodológica, de conhecimento crítico e pautada pela ética no exercício profissional.

Para não cairmos no fatalismo, nem na imobilidade diante de tantas questões complexas que nos atravessam, retomamos Freire:

“Gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam.”

Trecho retirado da página 23 do livro “Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa”, do educador e filósofo Paulo Freire.

MOBILIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

Fotos: acervo CRP SP. Arte: Paulo Mota.

O trabalho realizado nos territórios é parte fundamental da atuação do CRP SP no estado e tido como prioridade desta gestão. Configura uma importante extensão da articulação e da participação do Conselho em em todo o estado de São Paulo, de modo a ampliar as ações em garantia dos direitos e construir uma Psicologia cada vez mais plural e inclusiva, atenta aos contextos sociais e sensível às diversidades.

A partir dessas premissas, e para ser um espaço de representação e de defesa dos ideais da profissão, que foi inaugurada a nova Subsede Campinas. A sessão solene aconteceu no final de agosto, na semana em que a Psicologia brasileira comemorava 61 anos de regulamentação, e teve a presença de conselheiras e conselheiros, Comissão Gestora, lideranças da sociedade civil, do poder público de psicólogas e psicólogos da região.

A nova subsede marca a realização de um projeto político e a conquista coletiva de várias gestões. A proposta é ser um ambiente onde seja possível estabelecer parcerias com a categoria, trocas de aprendizados e de experiências no exercício profissional, com foco nas demandas e especificidades da localidade, oferecendo também mais conforto e modernização em espaço adequado às mais de 20,5 mil psicólogas e psicólogos inscritos no território.

“Espero que circulem, por esses corredores e salas, o diálogo, a reflexão, a luta coletiva por uma sociedade mais justa e o compromisso social da Psicologia com os Direitos Humanos”, afirmou a coordenadora local, Giseli de Fátima Assoni. A vereadora Paolla Miguel, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Campinas, reforçou que “se começarmos

a olhar para as diferenças, conseguiremos ter uma sociedade menos adoecida e mais tolerante, que consegue pensar na inclusão de todas e todos”.

Outra ação significativa, e que tem como propósito ser uma oportunidade de trocas, orientações e acolhimento às psicólogas e aos psicólogos recém-inscritos no Conselho é o CRP Acolhe - que agora tem acontecido nas modalidades online e presenciais.

Além das boas-vindas à categoria, o CRP Acolhe apresenta o Sistema Conselhos de Psicologia, a organização das entidades da Psicologia e as principais orientações pertinentes à prática da profissão, como as bases do Código de Ética e das Resoluções do CFP para o exercício profissional. O encontro busca diminuir a distância entre as profissionais e os profissionais de Psicologia e levar as diretrizes e os direcionamentos para quem está iniciando sua trajetória.

Resultado 4.1

Entre as prioridades do Planejamento Estratégico do CRP SP, neste ano, está a aproximação do Conselho com as Instituições de Ensino Superior de todo o estado de São Paulo. Como foco desta ação, evidenciou-se a necessidade de diálogo contínuo e formação direcionada com as coordenações de curso, corpo docente e supervisões de estágio na Psicologia. Neste ensejo, o CRP SP já organizou 33 rodas de conversa formativas nas universidades e faculdades, levando as Resoluções do Sistema Conselhos de Psicologia, as Referências Técnicas e outros materiais que direcionam e amparam a ciência e profissão em seu fazer ético e implicado nos Direitos Humanos.

Em defesa da jornada semanal #30 horas

Após o veto do prefeito de São José do Rio Preto ao Projeto de Lei Complementar nº 17/2023, que dispõe sobre a jornada das 30 horas para profissionais da Psicologia no âmbito da administração pública, a conselheira presidenta do CRP SP, Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781), esteve na Secretaria da Saúde e da Assistência Social do município em diálogo com o secretário da saúde, André Luciano Baitello, na defesa e contextualização do tema.

Também foi entregue ofício, conduzido pela coordenadora da Subsede São José do Rio Preto e conselheira do CRP SP, Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523), que contextualiza o histórico dessa luta tão urgente e necessária para a categoria em todo o país. O documento elenca em 10 pontos “Por que defendemos a jornada semanal de até 30 horas para psicólogas e psicólogos?”.

Argumentos em defesa das



- 1) As dificuldades inerentes ao exercício da profissão de Psicologia;
- 2) O adoecimento constatado da psicóloga e do psicólogo que cumprem jornadas extenuantes de trabalho;
- 3) O exercício profissional de Psicologia demanda trabalhos externos à prática em si;
- 4) A redução de jornada tornará equânime relações de trabalho;
- 5) A defesa da jornada semanal de até 30 horas para a Psicologia insere-se na defesa da saúde como direito universal.

A gestora da Subsede Alto Tietê, Mônica Marques dos Santos (CRP 06/68930), esteve reunida com as representantes do coletivo 30 horas Mogi, Ana Maria Brigido Lintz (CRP 06/121528) e Eliane Santos Loyola (CRP 06/79073), para atualizar os acontecimentos mais recentes em relação à demanda, bem como pensar nas próximas etapas dessa articulação.

Na ocasião, foram discutidas as decisões até então efetivadas pelo coletivo e ficou acordado a solicitação de encontro com o prefeito do município para contextualização do histórico da luta, construído em parceria com o Sindicato das Psicólogas e dos Psicólogos de São Paulo (SinPsi).

Participação e efetividade

Integrantes do CRP SP da Subsede Sorocaba marcaram presença em audiência pública sobre o edital lançado pelo secretário da saúde do município, Cláudio Pompeo, que transferiu 16 leitos hospitalares para outra cidade. Isso porque a medida está em desacordo com o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) da desinstitucionalização dos hospitais e a Lei Federal nº 10.216/2001 (Reforma Psiquiátrica), que dispõem sobre a proteção e os direitos das pessoas em sofrimento mental e redireciona o modelo assistencial em saúde mental para o cuidado em liberdade.

Já na Subsede Bauru, o conselheiro do CRP SP e gestor local Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379), juntamente com a membra da Comissão Gestora, Vitória Regina Silva Góes (CRP 06/174451), que integra a Comissão de Direitos Humanos (CDH) e a Subcomissão de Psicologia e Povos Indígenas, e a conselheira Maria da Glória Calado (CRP 06/33194), da Comissão Especial das Relações Étnico-Raciais (CRER), estiveram presentes na XXX Semana e XVII Congresso de Psicologia na Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru). Com o mote “Mobilização e Autonomia: Organização Estudantil por uma Formação Crítica”, o encontro ainda teve a participação da conselheira presidenta Talita Fabiano de Carvalho, que compôs a mesa “O Legado e Atualidade da Atenção Pública à Saúde Mental”.

O Conselho também esteve no Ato em Repúdio à Chacina na Baixada Santista, realizado no Guarujá e convocado por movimentos sociais. A ação teve como objetivo chamar atenção das autoridades para os

abusos da Operação Escudo, iniciativa da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo, e que assassinou ao menos 16 pessoas. “Temos acompanhado de perto os efeitos dessas operações na saúde da população. As moradoras e os moradores das áreas vulnerabilizadas têm sido abordadas com violência e tratadas como suspeitas apenas por estarem vivendo em locais onde o Estado quase não chega”, explicou a conselheira Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455), que integrou a mobilização.

Outra articulação importante foi em defesa de uma prática profissional antirracista juntos aos povos originários. A membra da Comissão Gestora da Subsede Bauru, a psicóloga Vitória Regina Silva Góes, esteve no encontro “A Psicologia e os Povos Indígenas: Sem Marco Temporal Para Nossas Existências”, realizado no Conselho Regional de Psicologia do Paraná

(CRP PR), em Curitiba, e acompanhou o debate sobre o compromisso social e ético-político da atuação das profissionais e dos profissionais de Psicologia interseccionados às narrativas dos povos indígenas.

Já no final do ano, a Subsede Metropolitana recebeu o VI Seminário do Grupo de Estudos Ignácio Martín-Baró e a América Latina, organizado pelo Laboratório Interinstitucional de Estudos e Pesquisas em Psicologia Escolar da Universidade de São Paulo (USP). A proposta de realizar o encontro junto à subsede do CRP SP teve como objetivo fortalecer as pautas latino-americanas no campo da atuação de psicólogas e psicólogos, com discussões e análises sobre a atualidade da obra do autor em relação aos fatos e desafios da realidade na região.

Siga a hashtag #CRPSPAcontece nas redes sociais e acompanhe as ações do CRP SP nos territórios.



Participantes do CRP Acolhe no auditório da sede do CRP SP.



Participantes da formação realizada com a Associação Brasileira de Ensino em Psicologia (ABEP), ação preparatória para as rodas de conversa de Psicologia e Direitos Humanos com as Instituições de Ensino Superior.



Presidenta Talita Fabiano de Carvalho durante reunião na Secretaria da Saúde e da Assistência Social de São José do Rio Preto em defesa da jornada semanal de 30 horas.



A conselheira Maria da Glória durante a XXX Semana e XVII Congresso de Psicologia na Unesp.



Carolina Lopes Príncipe, da Subsede Baixada Santista e Vale do Ribeira, e as conselheiras Lilian Suzuki, Fabiana Macena Luiz, Camila Prandini, Giseli de Fátima Assoni, Valeria Campinas Braunstein, Magna Barboza Damasceno, Tayná Alencar Berti de Souza e Luciane de Almeida Jabur durante inauguração da Subsede Campinas.



Manifestação na Baixada Santista com presença de representantes do CRP SP.



O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DIANTE DOS DESASTRES NATURAIS E SEUS PREJUÍZOS HUMANOS



Arte: Paulo Mota.

Medo, sensação de impotência e intensa desorganização emocional. Passar por um desastre ambiental costuma ser uma experiência dolorosa, além de desoladora. Nessas ocorrências que afetam um grande número de pessoas, alteram a geografia e devastam comunidades inteiras, o impacto psicológico se estende de vítimas a equipes de resgate.

É uma crise que envolve diversos fatores sociais e históricos. Inclui desde as consequências da interferência humana na natureza, das desigualdades socioeconômicas até a expansão urbana desordenada. São grandes violações aos Direitos Humanos, vivenciadas pela população no déficit habitacional, na falta de moradia digna, de saneamento básico e nas condições vulneráveis de sobrevivência.

A privação do direito de se desenvolver em um ambiente saudável não deve ser naturalizada. Consiste numa situação de risco, desastrosa e emergencial. Conforme as Referências Técnicas publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2021, cabem também às psicólogas e aos psicólogos questionarem justamente o que caracterizamos como **riscos, emergências e desastres** e atuar para que não sejam normalizados.

“Vai muito além do imaginário da clínica individual e atendimento tradicional como resposta imediata a esses eventos”, explica o psicólogo (CRP 06/69246) Dario H. Teofilo Schezzi. O colaborador da Comissão de Orientação e Fiscalização (COF) do CRP SP afirma que a atuação psicológica deve ocorrer antes, durante e depois de um desastre, em diferentes tempos e contextos.

“É preciso ampliar o olhar, pensar numa prática expandida que acolhe, com uma perspectiva social e comunitária, que trabalha não apenas com indivíduos, mas também em grupos para fortalecer laços comunitários e enfatizar a capacidade de autoapoio.”

A relação da saúde mental com contextos de calamidade é complexa e multifacetada. É crucial despatologizar as reações emocionais e psicológicas nessas situações, pois o sofrimento e a dor intensa são respostas naturais a eventos traumáticos. Também é muito importante informar a população sobre essas consequências, de modo a combater os estigmas e fortalecer as redes de cuidado.

Abordagens possíveis

Para evitar uma visão patologizante, é fundamental analisar e levar em conta o ambiente, a trajetória e condições de vida das vítimas, que na maioria das vezes são populações em situação de vulnerabilidade social, já marcadas por sofrimentos que antecedem as calamidades. São determinantes sociais de saúde que precisam ser interpretados como fatores de risco.

Tanto as ações prévias quanto o atendimento posterior devem estar de acordo com os procedimentos e estratégias de cuidado social integral existentes no território, como dos agentes comunitários

de saúde. Outro aspecto vital é o cuidado com as equipes de resgate, que trabalham em situações extremas e enfrentam enormes desafios psicológicos, sendo inclusive um suporte para garantir a eficácia e a sustentabilidade das operações.

A psicóloga (CRP 06/142291) Karine Regina Jurado, que estuda as vivências das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem em Mariana (MG), considera necessário uma compreensão especializada para a população afetada e as equipes de socorro, “com apoio psicológico para gestão do estresse e para tomada de decisões sob pressão”.

Também é de grande relevância levar em consideração o enfoque preventivo, que inclui a avaliação de locais e situações potencialmente perigosas, onde psicólogas e psicólogos contribuem para a preparação e a mitigação de ameaças. Isso abrange ainda a organização e o fortalecimento das relações comunitárias voltadas para criar uma cultura de prevenção, com atividades que tratem sobre a história daquele lugar e o uso de ferramentas como a cartografia de vínculos, para entender as condições de vida e identificar vulnerabilidades sociais.

“Auxiliar no mapeamento de áreas de risco, no planejamento e execução de planos de contingência, com o levantamento dos equipamentos disponíveis e o conhecimento das técnicas apropriadas, são ações práticas que podem preparar e empoderar comunidades inteiras para responder a emergências. Dario cita o psicólogo (CRP 06/88775) Joari Carvalho: “estar preparado pode transformar um potencial desastre em uma emergência controlável”.

O colaborador enfatiza que outra atuação fundamental nesse processo, que abrange todas as fases de gestão de desastres, é orientar e incentivar as comunidades a pleitear intervenções junto ao poder público. Ele se baseia numa afirmação da psicóloga Karine Jurado. “A chave é adaptar as estratégias de intervenção ao contexto da comunidade, e não o contrário, para garantir que as medidas de prevenção e resposta sejam eficazes e culturalmente sensíveis.”

Conhecimento do tema

Justamente por trabalhar em variadas frentes, do preventivo ao traumático, das pessoas vitimizadas às trabalhadoras de resgate, o atendimento psicológico, nessas situações, exige um preparo aprofundado e diversificado. Isso porque é necessário estar em articulação com diferentes esferas do poder público, muitas vezes em conjunturas emergenciais e de salvamento, bem como oferecer um suporte que dialogue com as realidades presentes em cada local.

Segundo indicação da Nota Técnica sobre atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a Política de Proteção e Defesa Civil (publicada pelo CFP), é essencial participar de simulações de emergências, auxiliar na produção de protocolos e guias de atenção e cuidado, nos planos de saúde mental e atenção psicossocial e promover ações de apoio e proteção às famílias e indivíduos atingidos.

Dario lembra que consta no próprio Código de Ética da profissão que um dos deveres fundamentais é “assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente”. Ele argumenta que treinamentos para atender de forma eficaz em situações de emergência e calamidade pública são sempre bem-vindos. “Formas inovadoras de aprendizado, como rodas de conversa e podcasts, podem fornecer entendimentos valiosos a partir do compartilhamento de experiências que ajudam a enriquecer a prática profissional em situações de crise.”

Vale lembrar que outro dever fundamental entre as responsabilidades das psicólogas e dos psicólogos é prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal.



Acesse pelo QR Code conteúdo para estudos e orientação na temática. A seguir, você confere alguns desses materiais!

Veja abaixo os materiais selecionados para consulta.

Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres

Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), Outubro de 2021.



Nota Técnica sobre atuação da Psicologia na gestão integral de riscos e de desastres, relacionadas com a Política de Proteção e Defesa Civil

Conselho Federal de Psicologia, 2016.



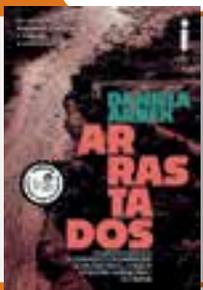
Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados

Conselho Federal de Psicologia, 2011.



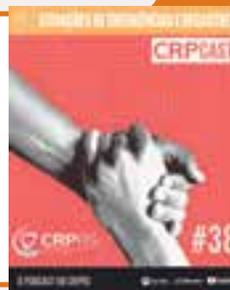
Arrastados: os Bastidores do Rompimento da Barragem de Brumadinho, o Maior Desastre Humanitário do Brasil

Daniela Arbex. Editora Intrínseca, 2022.



Situações de Emergências e Desastres - Episódio 38 do CRPcast

CRP RS, 2023.



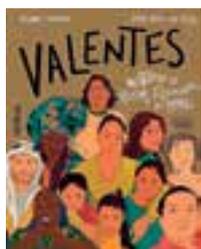
Emergências e Desastres e as Possibilidades de Atuação do Psicólogo: vivências identitárias e afetivas em atingidos pelo desastre de Mariana (MG)

Psicóloga (CRP 06/142291) Karine Jurado
3ª Semana da Psicologia UNIFAGOC, 2020.



ESTANTE

Confira a seleção de livros e produções audiovisuais que tratam sobre a migração e as diferenças entre os povos.



Valentes, histórias de pessoas refugiadas no Brasil

Aryane Cararo e Duda Porto de Souza. Editora Seguinte, 2020.

A questão das pessoas refugiadas tem ganhado holofotes pelo mundo inteiro, mas o preconceito, a xenofobia, as fake news e o medo frequentemente atrapalham a discussão. Para auxiliar na compreensão desse tema tão complexo, as autoras reuniram histórias de vida de pessoas de mais de quinze nacionalidades, que vieram para o nosso país em busca de um lugar onde pudessem de fato viver.

Palestina

Joe Sacco. Editora Veneta, 2023.

Marco na história das narrativas gráficas, o livro redefiniu as bases do gênero "jornalismo em quadrinhos". Publicado originalmente em nove gibis, entre 1993 e 1995, a HQ ganhou uma edição completa em 1996, e foi reconhecida com um dos prêmios mais importantes tanto dos quadrinhos quanto do mundo literário, o American Book Award.



Odisseia de Hakim

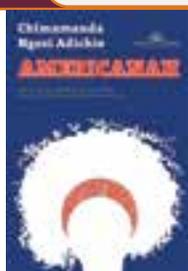
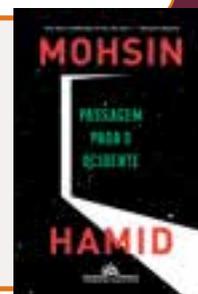
Fabien Toulmé. Grupo Autêntica, 2020.

A história real de Hakim, um jovem sírio que teve de deixar tudo para trás: sua família, seus amigos, seu negócio próprio, seu país. Tornando-se assim um "refugiado". Porque a guerra estourou, porque torturaram, porque o país vizinho parecia capaz de oferecer-lhe um futuro e segurança. Um testemunho poderoso e comovente sobre o que é ser humano em um mundo, muitas vezes, desumano.

Passagem para o Ocidente

Mohsin Hamid. Companhia das Letras, 2018.

Numa cidade não nomeada, os jovens Saeed e Nadia iniciam um romance cercado pelas pressões religiosas e sacudido pela crescente violência de uma guerra civil. Ao lado das personagens principais, somos levados e levados aos mais diversos cenários geográficos e humanos, numa jornada vertiginosa e cheia de surpresas. Eleito um dos dez melhores livros do ano de 2017 pelo jornal The New York Times e pela revista Time.



Americanah

Chimamanda Ngozi. Companhia das Letras, 2014.

Principal autora nigeriana de sua geração e uma das mais destacadas da cena literária internacional, Chimamanda parte de uma história de amor para debater questões prementes e universais como imigração, preconceito racial e desigualdade de gênero. Bem-humorado, sagaz e implacável, "Americanah" foi eleito um dos 10 melhores livros do ano pela NYT Book Review.

Seara Vermelha

Jorge Amado. Companhia das Letras, 2009.

Em seu grande épico da condição sertaneja, Jorge Amado narra a saga de uma família de lavradores pobres expulsos de suas terras. O cangaço, o misticismo e os embates políticos pontuam a penosa e acidentada trajetória desses indivíduos, configurando um vívido painel do Brasil. Posfácio de Nelson Pereira dos Santos.





Vidas provisórias

Edney Silvestre. Globo Livros, 2021.

Expatriados, separados no tempo e na geografia, Paulo e Barbara compartilham, além da experiência do exílio, o estranhamento pela perda de suas identidades. Diferentes motivos os levam ao estrangeiro. O autor se vale de sua experiência como correspondente internacional para revelar o universo de quem emigra e recriar de forma contundente um Brasil visto a distância.

Filmes e Séries



Cafarnaum (2018)

Direção: Nadine Labaki.

Vencedor do Grande Prêmio do Júri em Cannes, o filme conta a história de Zain, menino libanês que processa os pais pelo crime de lhe dar a vida. Outro destaque é o elenco formado por não-atores. Disponível na Apple TV e Prime Vídeo.



Era o Hotel Cambridge (2017)

Direção: Eliane Caffé.

O longa narra a trajetória de pessoas refugiadas recém-chegadas ao Brasil que, juntas com trabalhadoras e trabalhadores sem-teto, ocupam um edifício abandonado. Em meio à tensão da ameaça de despejo, revelam-se dramas, situações cômicas e diferentes visões de mundo.



Ser Brasil - Migrantes e Refugiados (2021)

Direção: André Costantin.

A história de uma cadeirante venezuelana na migração para São Paulo. A trajetória de jovens aprendizes, vindos do Haiti, em Curitiba. Essas são algumas das realidades apresentadas nesta série sobre migrantes e pessoas refugiadas que buscam uma nova vida no Brasil. Disponível no Globoplay.



As nadadoras (2022)

Direção: Sally El Hosaini.

Filme baseado na história real das irmãs Mardini, refugiadas que fugiram da Síria devastada pela guerra e embarcam em uma viagem arriscada rumo às Olimpíadas do Rio em 2016. O longa biográfico acompanha a dedicação das atletas, num retrato da força, esperança e perseverança das jovens para sobreviver. Disponível no Netflix.



Flee (2021)

Direção: Jonas Poher Rasmussen.

Amin Nawabi convive com um passado doloroso guardado por vinte anos, que afeta de forma silenciosa a vida que ele está construindo para si e seu futuro marido. Amin relata sua extraordinária jornada como criança refugiada do Afeganistão. Primeira produção a receber indicações ao Oscar nas categorias melhor filme internacional, documentário e animação.



Sergio (2020)

Direção: Greg Barker.

Baseado no livro "O homem que queria salvar o mundo", de Samantha Power, e produzido pela Netflix, o drama biográfico apresenta episódios marcantes da vida do diplomata brasileiro Sergio Vieira de Mello, funcionário das Nações Unidas que morreu após bombardeio na sede da ONU em Bagdá, no ano de 2003.



Sete cortes de cabelo do congo (2022)

Direção: Luciana Bezerra, Gustavo Melo e Pedro Rossi.

Um salão de cabeleireiro. Sete cortes de cabelo. Sete experiências de exílio. O documentário protagonizado pelo dono do salão, Fernando 'Pablo' Mupapa, parte do ritual do corte de cabelo para ouvir os relatos de imigrantes da República Democrática do Congo no Brasil, em afirmações de identidade e o sonho de uma revolução anti-imperialista.

Seus dados de cadastro estão atualizados no CRP SP?



Você sabia que é dever de toda psicóloga e psicólogo manterem seus dados cadastrais atualizados no CRP SP?

Isso está previsto na **Resolução CFP nº 05/2001**.



Por quê devo atualizar meus dados?

É por meio desses dados que o CRP SP tem acesso às informações certificadas e atualizadas da categoria, podendo entrar em contato com as psicólogas e psicólogos e também conhecer melhor as profissionais e os profissionais do estado de São Paulo.



Novidade

Agora é possível fornecer informações sobre a compreensão de sua identidade, como autodeclaração racial, de gênero, orientação sexual e se é Pessoa com Deficiência(s). Com a nova Carteira de Identidade Profissional (CIP), também há espaço para indicar se é doadora ou doador de órgãos.



Acesse o QR Code e mantenha seus dados atualizados!

Diferenças que constroem, compromisso social e ético da Psicologia



Conselho Regional de **PSICOLOGIA SP**